



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000659-72.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem**
 Requerente: **Abner Manieri Carrara**
 Requerido: **Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor almeja ao recebimento de indenização para reparação de danos materiais e morais que a ré lhe teria provocado.

Alegou para tanto que efetuou viagem aérea por intermédio da mesma e que ao chegar a seu destino apurou que sua mala foi extraviada, recebendo-a apenas depois de dois dias.

Salientou ter recebido orientação para adquirir bens de uso pessoal que seria ressarcido, mas isso não sucedeu.

A ré admitiu em contestação que a bagagem do autor foi entregue a ele "*pouco após o desembarque*" (fl. 20, último parágrafo), mas não fez prova de quando isso efetivamente sucedeu e muito menos que tal teria ocorrido em prazo inferior ao aludido a fl. 02 (dois dias).

Assentadas essas premissas, reputo que a pretensão deduzida prospera em parte.

Com efeito, a responsabilidade da ré no episódio transparece certa, porquanto foi com ela que o autor firmou relação jurídica.

Se o transporte da bagagem é realizado por funcionários de empresas terceirizadas, esse fato não pode se oposto ao autor e permitirá quando muito à ré que regressivamente postule o que reputar de direito contra os possíveis causadores do extravio.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Não afetará o autor, porém.

Já a reparação dos danos experimentados não pode ser fixada com fulcro no Código Brasileiro de Aeronáutica ou através de critérios previamente estabelecidos porque sendo a relação jurídica estabelecida entre as partes tipicamente de consumo se aplicam a ela as regras do Código de Defesa do Consumidor.

A jurisprudência é pacífica a propósito:

“Ocorrido extravio de mercadoria durante o transporte, não se aplica a indenização tarifada prevista em legislação especial, mas sim a regra da reparação integral pelo montante do dano causado. Precedentes do C. STJ” (TJ-SP, Apelação nº 1.311.479-9/00, 11ª Câmara de Dir. Privado, Rel. Des. **MOURA RIBEIRO**, j. 11.12.08).

“O Superior Tribunal de Justiça entende que a responsabilidade civil das companhias aéreas em decorrência da má prestação de serviços, após a entrada em vigor da Lei 8.078/90, não é mais regulada pela Convenção de Varsóvia e suas posteriores modificações (Convenção de Haia e Convenção de Montreal), ou pelo Código Brasileiro de Aeronáutica, subordinando-se, portanto, ao Código Consumerista” (STJ, AgRg no Ag 1380215/SP, Rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, DJe 10/5/2012).

“RESPONSABILIDADE CIVIL. Contrato de transporte aéreo - Extravio temporário de bagagem e avaria em mercadoria transportada (bicicleta) - Responsabilidade objetiva da transportadora - Admissibilidade Aplicação do CDC, em detrimento à Convenção de Varsóvia ou de Montreal e também ao Código Brasileiro de Aeronáutica, quanto às hipóteses de responsabilidade e ao 'quantum' indenizatório - Precedentes do STJ - Inteligência do art. 22, “caput” e parágrafo único, do CDC - Inadimplemento contratual consistente no extravio temporário da bagagem - Contrato de transporte traz implícita obrigação de resultado - A não obtenção desse resultado importa no inadimplemento das obrigações assumidas e a responsabilidade pelo dano ocasionado - Responsabilidade objetiva da Ré configurada” (TJ-SP, Apelação nº 0162599-96.2008.8.26.0100, 20ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **ÁLVARO TORRES JÚNIOR**, j. 25/11/2013).

Por outro lado, os gastos suportados pelo autor estão consubstanciados nos documentos de fls. 04/05, os quais não foram impugnados especificamente pela ré.

Como a aquisição dos bens derivou precisamente da falta da bagagem do autor, transparece certo o dever da ré em repará-lo a esse título.

Pouco importa que os bens permanecerão sendo utilizados pelo autor, já que o aspecto principal da questão reside na necessidade de sua aquisição ter origem no extravio da bagagem.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Quanto ao tema, e diante do afirmado a fl. 49 sobre o pagamento parcial do débito, fará jus o autor ao recebimento de R\$ 65,01.

A mesma solução aplica-se ao pedido para recebimento de indenização que ressarcirá o autor pelos danos morais que suportou.

Afigura-se despicienda qualquer consideração para firmar a certeza de que diante do cenário apresentado ele foi exposto a situação constrangedora, frustrante e que lhe causou abalo de vulto, muito superior aos meros dissabores inerentes à vida cotidiana.

Qualquer pessoa mediana que estivesse no lugar do autor (chegando de madrugada em cidade distante e ficando sem a bagagem, restituída somente dois dias depois) ficaria igualmente insatisfeita e inconformada, de sorte que vinga o pleito para a indenização no particular.

O valor da indenização, todavia, há de ser inferior ao pleiteado porque se afigura excessivo.

À míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais suportados pelo autor em três mil reais.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor as quantias de R\$ 65,01, acrescida de correção monetária, a partir de novembro de 2013 (época das compras de fls. 04/05), e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 3.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 13 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**